

## **História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967)**

---



**Joaquim Tavares da Conceição**

Doutorando em História  
Universidade Federal da Bahia

### **Resumo:**

Este artigo, resultante de uma abordagem histórica do internato no contexto do ensino agrícola federal, e tomando como objeto específico a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – SE (EAFSC-SE) no período de 1934 a 1967, aborda os sujeitos e as condições de manutenção do internato. Com relação aos sujeitos a pesquisa traça e analisa o perfil socioeconômico dos internos, ressaltando a condição predominante de pobreza e a procedência rural da maioria. Analisa a introdução do “calouro” na cultura do internato, ou o “processo de admissão”, caracterizado por “substituições padronizadas”, a exemplo da substituição do nome civil pelo número, bem como a “equipe dirigente”, formada pelo diretor, o inspetor e os guardas que supervisionavam e controlavam a movimentação dos internos, dando lugar a uma verdadeira “autoridade escalonada” ou “vigilância hierárquica”. Sobre as condições de manutenção, são evidenciados e discutidos os bens e serviços ofertados aos internos: um espaço no dormitório coletivo, o enxoval, a alimentação e a assistência médico-odontológica e os custos com a manutenção do internato.

### **Palavras-chave:**

Educação – Brasil – História - 1889-  
São Cristóvão (SE)  
Ensino agrícola

## Apresentação

**E**ste artigo, resultante de uma abordagem histórica do internato no contexto do ensino agrícola federal,<sup>1</sup> sob a competência do Ministério da Agricultura (MA), e tomando como objeto específico o internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (EAFSC-SE),<sup>2</sup> no período de 1934 a 1967, aborda os sujeitos (os internos e a “equipe dirigente”) e as condições de manutenção ou de sustentabilidade do internato.

O internato foi o regime dominante nos estabelecimentos federais de ensino profissional agrícola durante o período de 1934 a 1967. O Ministério da Agricultura, ao qual estavam subordinados esses estabelecimentos, adotou uma política de assistência integral dos alunos, proporcionando residência, alimentação, enxoval, assistência médico-odontológica, entre outros bens e serviços. Esse tipo de internato rural e público existiu para atender às razões práticas dos estabelecimentos de ensino agrícola, ou seja, a localização do estabelecimento escolar na zona rural e o atendimento prioritário de uma clientela pobre que recorria a essas instituições educacionais.

A origem da escola ocorreu no ano de 1924 quando surgiu o Patronato Agrícola São Maurício fundado pelo então Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso.<sup>3</sup> No ano de 1934, com a federalização do Patronato, foi implantado em seu lugar o Aprendizado Agrícola de Sergipe. No período que compreende o recorte temporal desta pesquisa (1934-1967), a escola funcionou e desenvolveu diversos modelos de ensino agrícola como: Aprendizado Agrícola (1934-1947), Escola de Iniciação Agrícola (1946-1952), Escola Agrícola (1952-1957), Escola Agrotécnica (1957-1964) e Colégio Agrícola (1964-1967).

- 1 Joaquim Tavares da Conceição, *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.
- 2 Atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
- 3 Instituição assistencial dedicada à regeneração de menores desvalidos e formação de mão-de-obra agrícola. Marco Arlindo Amorim Melo Nery, *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

O ano de 1934 foi escolhido como marco inicial por ter sido inaugurado em Sergipe o projeto de ensino agrícola dirigido e financiado pelo Ministério da Agricultura, com a federalização do Patronato São Maurício e a fundação do Aprendizado Agrícola de Sergipe.<sup>4</sup> O marco final, o ano de 1967, é significativo, pois neste ano ocorreu a transferência do ensino agrícola e de toda a rede federal dos estabelecimentos desse ramo de ensino do Ministério da Agricultura para a competência do Ministério da Educação.<sup>5</sup> Com a transferência, as escolas continuaram oferecendo o regime de internato, mas sob uma nova política na qual se procurava conjugar o internato (“residência”) ao modelo de ensino denominado “escola-fazenda”.<sup>6</sup>

## Os internos

No período de 1934 a 1967 foram matriculados aproximadamente 4.935 alunos do sexo masculino, em regime de internato na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, na maioria procedente do interior do estado de Sergipe e de origem pobre, filhos e órfãos de trabalhadores rurais e urbanos e pequenos lavradores.<sup>7</sup>

De 1934 até meados da década de 1950, os menores eram internados pelos pais, parentes (irmãos, tios), tutores, por requisição de

4 Brasil, Decreto 23.722, 09/01/1934, *Transfere para o Ministério da Agricultura serviços agrícolas regionais dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, abre crédito para o respectivo custeio e dá outras providências*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=43546>, acesso em 28/04/2010.

5 Brasil, Decreto 60.731, 19/05/1967, *Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=192106>, acesso em 28/04/2010.

6 Modelo de ensino agrícola criado em 1966 e paulatinamente introduzido nas escolas Agrotécnicas nas décadas seguintes, tinha como princípio básico o lema “aprender a fazer e fazer para aprender”. Nesse novo sistema, a manutenção do regime de internato passou a ser defendido, principalmente, como uma exigência da permanência dos alunos na escola para a manutenção dos Programas Agrícolas Orientados (PAO). Brasil. Ministério da Educação, *Sistema escola fazenda*, Brasília, SENETE, 1990; Brasil. Ministério da Educação, *O internato nas escolas agrotécnicas federais*. Brasília, MEC/SEMTEC, 1994.

7 No período compreendido pelo recorte temporal desta pesquisa (1934-1967), os alunos do sexo masculino matriculados na instituição estavam todos submetidos ao regime de internato. O externato masculino foi criado no estabelecimento apenas no início da década de 1970. O internato feminino somente passou a funcionar na escola em 1964 com a criação do Curso Técnico em Economia Doméstica. No entanto, a instituição já cooperava com a formação da mulher desde o início da década de 1950 com o oferecimento do Curso de Preparação em Economia Doméstica ministrado em três centros de Economia Rural Doméstica, instalados no povoado Quissamã (sede da escola), na cidade de Maruim e em Aracaju.

juizes de menores e autoridades do Serviço de Menores e por solicitações de sacerdotes católicos e políticos.<sup>8</sup> Estes costumavam solicitar aos diretores do estabelecimento vagas no internato, naturalmente interessados em aumentar o seu capital político pela via de “assistência à pobreza”.

Predominou nas décadas de 1930 e 1940 o costume de recorrer ao estabelecimento como uma “casa de amparo ou assistência ao menor pobre”.<sup>9</sup> A caracterização da instituição como uma “obra meritória” é recorrente nas “notas de impressões” lançadas no “Livro de Registro de Impressões dos Visitantes”, nos anos de 1935 a 1944. Nas “notas”, os visitantes ressaltaram a importância da instituição como um estabelecimento dedicado aos pobres. Situação evidenciada pelo uso das expressões “infância desamparada”, “meninos pobres”, “gerações proletárias”, “infância desvalida”, “jovens desprotegidos da fortuna” utilizadas nas “notas” para definir o público-alvo que adentrava o estabelecimento.<sup>10</sup>

De fato, a escola formalmente deveria ser essencialmente um estabelecimento dedicado à formação profissional agrícola. A assistência que prestava por meio do internato público deveria ser uma decorrência das peculiaridades do ensino agrícola e da localização do estabelecimento. Mas, na prática, muitas famílias recorriam a ela como uma solução para a pobreza a que se viam relegadas. Essa situação também ficou ressaltada nas memórias do ex-diretor Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira, que dirigiu a escola no período de 1945 a 1947. Para ele, os “menores ali internados eram, em sua grande maioria, procedentes de famílias pobres, que os colocavam, com o fim de solucionarem, em parte, os seus problemas domésticos”.<sup>11</sup>

O reconhecimento da instituição como uma obra de “assistência aos pobres”, através da qual a sociedade sergipana enxergava-a, decorria da herança dos tempos em que ela funcionou como Patronato Agrícola (1924-1934) e tinha como objetivo “assistir os menores desvalidos”. Apesar da mudança de nome e de seus objetivos, o estabelecimento continuava sendo

8 Brasil. Aprendizado Agrícola de Sergipe, *Livro de matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*, São Cristóvão, 1938; Manoel do Carmo Santos, entrevista concedida ao autor, 23/11/2005.

9 Astolfo Ribeiro Pinto Bandeira, *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*, Fortaleza, 1989; Brasil. Aprendizado Agrícola de Sergipe, *Livro das impressões dos visitantes*, São Cristóvão, 1935; Brasil. Aprendizado Agrícola de Sergipe, *Livro de matrícula do Aprendizado Agrícola de Sergipe*.

10 Brasil. Aprendizado Agrícola de Sergipe, *Livro das impressões dos visitantes*.

11 Bandeira, *Um agrônomo no ensino agrícola do Nordeste*, p. 10.

procurado como se fosse uma casa de “assistência social”. Assim, o acolhimento no internato era o grande fator de atração para os que buscavam a escola até meados de 1950. Ainda no ano de 1952, o diretor João Fernandes de Souza (1949-1953) destacava outra herança da época em que a escola funcionou como Patronato Agrícola, ou seja, a utilização que a sociedade continuava fazendo da instituição como uma “casa de correção” disciplinar. Segundo o diretor:

A atual escola teve a sua origem de um Patronato (Reformatório de Menores), atualmente acha-se engradada na legislação como estabelecimento de ensino secundário de primeiro ciclo. *Aos antigos pais de alunos e aos moradores da região esta escola não sofreu evolução, mandam para lá os seus filhos problemas, supondo tratar-se ainda de uma casa de correção (...). Portanto a esses resíduos sociológicos não cabiam matricula num estabelecimento de ensino que não tem bases correccionais.*<sup>12</sup>

Dessa maneira, além de recorrerem ao estabelecimento como solução para a condição de pobreza, muitas famílias e provavelmente autoridades, internavam meninos a fim de serem corrigidos os defeitos da primeira educação. Continuavam, inclusive, designando a instituição de “patronato” como se não houvessem ocorrido mudanças em seus objetivos. Segundo o diretor-agrônomo João Fernandes de Sousa, essa era uma das razões do aparecimento no internato de “meninos indisciplinados”, aos quais a direção lançava mão de “todos os princípios educacionais que conhece a fim de poder melhor integrar à sociedade um homem capaz de lhe ser útil”.<sup>13</sup> Os meios para atingir esse desiderato incluíam os castigos físicos.

A assistência que a instituição prestava aos seus alunos através do internato público e gratuito continuava como um forte atrativo para as famílias também nas décadas de 1950 e 1960. É elucidativa a descrição da professora Cacilda de Oliveira Barros sobre a condição dos internos que adentravam a instituição nesse período: “Eram todos do interior, e a condição social era baixa e muito baixa. Tinha meninos ali muito necessitados (...) a pobreza a gente não precisa nem ter uma teoria pra definir a pobreza. A olho

12 Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (AGPJSE), SCR/C. 2905, *Inquérito*, 1953, p. 19. Grifo nosso.

13 AGPJSE, *Inquérito*, p. 19.

nu a gente conhece. Pelo sorriso, pelo olhar. Eram umas crianças tristes. Eu posso dizer que todos do interior. Todos eram internos”.<sup>14</sup>

O professor José Antônio Nunes Mendonça,<sup>15</sup> em sua “Análise quantitativa e qualitativa do Sistema Educacional do Estado de Sergipe”, no tópico sobre ensino agrícola, comentando sobre a “pouca expressividade” desse ramo de ensino em Sergipe em comparação com os outros ramos do ensino profissional, destaca que a clientela dos estabelecimentos de ensino agrícola era atraída pela oferta do internato. Afirma ainda que no final da década de 1950 a instituição constituía-se “pelos aspectos da procura, ora como uma espécie de instituição para menores desamparados, ora como uma instituição de educação emendativa”.<sup>16</sup> No entanto, a análise de alguns fatores indica que essas características, embora ainda estivessem presentes, encontravam-se em processo de transformação a partir da década de 1950 provocadas pela crescente procura por parte também das camadas médias da população (filhos de médios proprietários rurais, pequenos comerciantes, funcionários públicos, etc.).

Primeiro é preciso considerar que a variação no perfil socioeconômico dos internos ocorrida a partir da década de 1950 foi determinada em parte pelas mudanças nas modalidades de ensino oferecidas pela instituição. A partir do ano de 1952, com o enquadramento do estabelecimento em “Escola Agrícola”, este ficou habilitado a ministrar o ensino profissional agrícola conjugado com o Curso Ginásial,<sup>17</sup> o que provocou uma maior demanda pelo estabelecimento de famílias que procuravam ginásios para matricular seus filhos.

Outro fator de atração foi o enquadramento, em 1957, da instituição em “Escola Agrotécnica”<sup>18</sup> e conseqüentemente o funcionamento a

14 Cacilda de Oliveira Barros, Entrevista concedida ao autor, 09/10/2006.

15 O professor Nunes Mendonça foi um dos pioneiros da historiografia educacional sergipana. José Antonio Nunes Mendonça, *A educação em Sergipe*, Aracaju, Livraria Regina, 1958. Ver Jorge Carvalho do Nascimento, *Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*, São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

16 Mendonça, *Análise quantitativa e qualitativa do sistema educacional do estado de Sergipe*, Aracaju, datilografado (Biblioteca E. Dória), 1959, p. 12.

17 Brasil, Decreto 31.533, 02/10/1952. *Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=163398>, acesso em 28/04/2010.

18 Brasil, Decreto 42.751, 06/12/1957, *Transforma em Agrotécnica a Escola Agrícola “Benjamin Constant”*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=173776>, acesso em 28/04/2010.

partir de 1958 do Curso Técnico Agrícola de nível médio em concomitância com o Curso Colegial do ensino secundário, que conferia ao diplomado o direito de concorrer ao curso do ensino superior relacionado com o Curso Agrícola.<sup>19</sup> Finalmente, em 1964 a instituição foi enquadrada como Colégio Agrícola<sup>20</sup> e estava habilitada a expedir certificados de ensino médio que possibilitavam ao conculinte concorrer à admissão de qualquer curso superior. Dessa maneira, a escola tornava-se duplamente atrativa, oferecia àqueles que não encontravam vagas nos poucos ginásios e colégios públicos existentes no Estado, ou que não podiam custear as mensalidades em um ginásio ou colégio particular,<sup>21</sup> o curso ginásial e a possibilidade de continuar no próprio estabelecimento a fim de fazer o curso técnico colegial em um internato totalmente gratuito, com validade para a admissão em curso superior. Assim, a procura pelo Curso Ginásial e depois pelo Curso Colegial, mais do que especificamente a formação agrícola, sem fazer desaparecer o predominante perfil de pobreza dos internos, começava a criar significativas mudanças na clientela atendida pela instituição.

Entretanto, à medida em que os egressos da escola, especialmente a partir da implantação do Curso Técnico Agrícola, iam galgando bons postos profissionais nos órgãos e empresas públicas federais, estaduais e municipais e na iniciativa privada, em atividades direta ou indiretamente relacionada com a formação agrícola da qual eram portadores, a atração à instituição em busca de uma condição objetiva de conseguir uma futura ocupação profissional tornava-se também um fator significativo de atração ao estabelecimento. Desse modo, a escola começava a ser vista como um recurso para jovens do interior do Estado, das camadas inferiores ou médias da população, que desejavam uma formação técnico-agrícola a fim de conseguirem uma ocupação profissional e melhorarem as condições de

19 Brasil, Decreto-Lei 9.613, 20/08/1946, *Lei Orgânica do Ensino Agrícola*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=105134>, acesso em 28/04/2010.

20 Brasil, Decreto 53.558, 13/02/1964, *Altera denominação de Escolas de Iniciação Agrícola, Agrícolas e Agrotécnicas*, <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=185580>, acesso em 28/04/2010.

21 A imprensa registrava na década de 1950 e início da década de 1960 a situação das vagas insuficientes nas escolas públicas e a carestia dos ginásios e colégios particulares como problemas enfrentados pelas famílias que desejavam que seus filhos continuassem os estudos (*Gazeta de Sergipe*, 1959, 1961, 1963) – situação também ressaltada por Acival Gomes dos Santos, filho de funcionário público municipal, ex-interno da instituição na década de 1960: “Naquela época os meus amigos, primos, todos estudavam aqui em Aracaju. No Jackson de Figueredo, Tobias Barreto, colégios particulares. Como eu não podia vir estudar em colégios particulares, me manter aqui em Aracaju, a opção foi estudar no Colégio Agrícola”. Acival Gomes dos Santos, Entrevista concedida ao autor, 03/05/2006.

sobrevivência. No final do ano de 1967, a imprensa noticiava<sup>22</sup> a dificuldade de a escola responder à demanda de jovens do interior do Estado em busca de uma formação técnica de nível médio.

Quanto à procedência dos internos, estes eram em todo o período pesquisado, na maioria, provenientes de diversos municípios do interior do Estado de Sergipe e com um pequeno número procedente de municípios dos Estados de Alagoas e Bahia. Essa situação representou uma característica geral da procedência dos internos no período de 1934 a 1967. Os alunos oriundos dos municípios do interior do Estado de Sergipe predominaram; mas a capital, Aracaju, desde a década de 1930, despontou com uma relativa importância no envio de alunos para o internato, embora muitos desses alunos fossem provenientes de famílias que migravam para a capital em busca de trabalho ou estudo para os seus filhos.

A pobreza e a procedência interiorana da maioria dos internos eram fatores que facilitavam a adaptação à rotina de tarefas práticas nos núcleos agropecuários e a conformação aos rigores disciplinares do internato. Estavam acostumados ao trabalho, pois ajudavam a família na execução de tarefas agrícolas. Procediam de famílias rurícolas pobres, cujas condições de sobrevivência e oportunidades de estudo nos locais onde habitavam eram difíceis ou muitas vezes inexistentes.

## **O “processo de admissão” na cultura do internato**

Para serem definitivamente admitidos no estabelecimento, a “equipe dirigente” obtinha informações sobre a pessoa e o corpo dos internos. As informações sobre a vida civil, prestadas pelo responsável no ato da matrícula, consistiam no nome, idade, filiação, domicílio e naturalidade, registradas no *Livro de Registro de Matrícula* ou em *Ficha de Matrícula Individual*. Através do exame médico e dentário obtinham-se informações sobre as condições físicas do candidato, especialmente sobre sua aptidão para a execução das escalas de trabalho a que ele estaria obrigado nos núcleos agropecuários ou nos serviços de manutenção das dependências do internato. Do exame médico e dentário podia decorrer a inaptidão do candidato para a matrícula definitiva no estabelecimento. Essa inaptidão

22 “Agrotécnica não tem vagas”, *A Cruzada*, 11/02/1967, p. 1.



decorria de ser o sujeito portador de doença grave ou que impossibilitasse o cumprimento de trabalhos físicos, ou ainda apresentasse uma arcada dentária comprometida.

O ingresso do indivíduo na cultura do internato da instituição em geral requeria dos “novatos” ou “calouros” a passagem por um “processo de admissão” inicialmente caracterizado por “substituições padronizadas”.<sup>23</sup> A primeira “substituição padronizada” era a atribuição de um número em substituição à identidade civil (nome) do interno. Todos os internos recebiam um número que os acompanhava durante todo o período de permanência no estabelecimento: “Há! 83, isso eu não esqueço. Todo mundo tinha o seu número. Era como se fosse um exército. Oitenta e três, oitenta e quatro, chamavam assim”.<sup>24</sup> Nas escalas de trabalho, nas notas de ocorrências, no tratamento diário dispensado pela “equipe dirigente”, cada um dos internos era identificado com o respectivo número que lhe era atribuído no ato da matrícula e gravado em seu enxoval.

A substituição do nome pelo número tinha um caráter funcional, ou seja, a padronização dos indivíduos, colocando todos sobre a categoria de internos, facilitando a identificação rápida. O tratamento dos internos por número foi uma prática antiga na história da instituição. Existiu desde o tempo em que ela funcionou como Patronato Agrícola. O costume de tratamento por número experimentou a partir da década de 1960 certa amenização sem, no entanto, desaparecer. A prática estava arraigada na cultura da instituição, e apesar dos protestos continuou sendo utilizada, especialmente pelo inspetor e pelos guardas, que lidavam cotidianamente com os internos.<sup>25</sup>

A atribuição de um número aos internos, determinada pela norma institucional, quase sempre era acompanhada da atribuição de um apelido (cultura dos internos). A atribuição de um apelido é uma prática recorrente entre os escolares. Encontra-se a sua descrição nos “romances de internato”, a exemplo de Doidinho, de José Lins do Rego:

Fazia um mês que eu chegara ao colégio. Um mês de um duro aprendizado que me custara suores frios. Tinha também ganho o meu apelido: chamavam-me de Doidinho. O meu

23 Erving Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo, Perspectiva, 1974., p. 26

24 Manoel Santos, *Entrevista*.

25 José Cláudio dos Santos, *Entrevista concedida ao autor*, 20/09/2006.

nervoso, a minha impaciência mórbida de não parar em um lugar, de fazer tudo às carreiras, os meus recolhimentos, os meus choros inexplicáveis, me batizaram assim pela segunda vez. Só me chamavam de Doidinho. E a verdade é que eu não repelia o apelido. Todos tinham o seu.<sup>26</sup>

A admissão do indivíduo à “cultura do internato” obrigava-o a dispor-se, mesmo que coercitivamente, das brincadeiras da idade imatura e se conformarem com as atividades intensivas de estudo e trabalho, com as regras do internato. A dificuldade de adaptação com o regime disciplinar, alimentação, o trabalho, a saudade da família eram fatores que dificultavam a adaptação e causavam certo sofrimento para muitos internos. Alguns não se adaptavam e acabavam desistindo. As dificuldades eram também para adaptar-se aos bens e serviços disponibilizados pelo internato. Muitos apresentavam certo estranhamento inicial para usar as instalações sanitárias (dificuldade de fazer as necessidades fisiológicas no vaso sanitário) e adaptarem-se as regras do refeitório (como a dificuldade de fazer uso do talher):

Eles tinham muitas dificuldades. Não sabiam se servir de talher. As alunas da Escola Doméstica de lá virem fazer refeição com eles. A escola doméstica primava pela etiqueta e era pra servir de modelo. Eles sentiam dificuldades. Teve aluno de chegar lá e querer se alimentar com as mãos, fazer bolinhos.<sup>27</sup>

No entanto, o “vazio” de socialização primária de boa parte dos internos, resultante de um mundo familiar carente, ia sendo “preenchido” pela interiorização da cultura incutida na vida cotidiana no internato, ensejando a formação do “habitus” secundário.<sup>28</sup> Dessa maneira, embora possa ocorrer em determinado tipo de “instituição total” um “desaculturação”<sup>29</sup> do interno, no internato-escolar parece ficar mais evidente um processo de “socialização” dos internos ou o inculcamento de

26 José Lins do Rego, *Doidinho*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 10.

27 Barros, *Entrevista*.

28 Utilizo o conceito de “habitus” de Pierre Bourdieu. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982. A tradução interpretativa a seguir facilita a compreensão do conceito: “conjunto de condicionantes comuns em relação à atuação no cotidiano que produz experiências comuns e que, por sua vez, gera um conjunto de disposições internalizadas em relação a agir de determinada forma”. Sônia M. G. Laranjeira, “Faz sentido falar em classes sociais?” in: *Natureza, história e cultura: repensando o social*, Porto Alegre, Sociedade Brasileira de Sociologia, Editora da UFRGS, 1993, p. 89.

29 Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*, p. 23.

princípios (“habitus”) que seguirá o indivíduo na sua carreira social no mundo externo. Isso não exclui certo embaraço do indivíduo para viver e corresponder aos ditames do mundo externo. Afinal, poderá descobrir que os “privilégios” e as “cerimônias” da instituição não são exatamente um correspondente do macrocosmo social.

## A “equipe dirigente”: o observatório do internato

A instituição contou com uma “equipe dirigente” para supervisionar os internos, controlando a movimentação destes nos espaços do internato, em diversos itens de conduta, como roupa, comportamento, maneiras e na execução das atividades diárias, dando lugar a uma verdadeira “autoridade escalonada”<sup>30</sup> ou “vigilância hierárquica”<sup>31</sup> no controle do internato. A “equipe dirigente”, o observatório do internato, teve três postos básicos de fiscalização: o diretor, o inspetor de alunos e os guardas de alunos. O diretor e o inspetor de alunos eram funcionários do quadro permanente do Ministério da Agricultura, subordinados à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV). Os guardas de alunos até o final da década de 1950 exerciam suas funções na condição de mensalistas (funcionários extranumerários).

O diretor funcionava como instância verificadora e fiscalizadora de todas as condutas dos internos e dos funcionários. Era o ponto mais alto do observatório do estabelecimento, com competência para “lançar na rua” os transgressores. Na fase de Aprendizado Agrícola (1934-1946) os comportamentos dos internos eram anotados pelo inspetor e pelo auxiliar do diretor (ajudância) em *Livro de Ocorrência* e diariamente examinado pelo diretor. A escrituração das ocorrências do internato funcionava como uma espécie de “memorial das partes”, um registro diário das atividades dos internos. Os internos eram identificados no *Livro* por número, e as anotações eram relacionadas com o comportamento dos internos ou incidentalmente sobre o funcionamento dos serviços básicos do internato (refeitório, cozinha, fornecimento de energia, entre outros), conforme o seguinte exemplo:

30 Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

31 Michel Foucault, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes, 2003.

Ocorrências do dia 11 para 12 de setembro de 1942.

Sr. Diretor foram feitas as faxinas do costume em geral, gabinete, secretaria, dormitório, enfermaria, sentinas, pátio e em volta do prédio. De 6 as 7 horas do dia 11 foi realizada a instrução de ordem unida. As 16 horas foi feito o ensaio de toque de corneta. Houve serviço de campo com os alunos acompanhados pelo guarda José Barbosa da Silva. Serviço de guardas: foi efetuado pelos guardas José Barbosa da Silva e João Batista Tavares. Os demais serviços foram realizados de acordo com a escala em vigor. Continuam faltando os alunos de n°s 54, 57 e 89. Continuam na enfermaria os alunos de n°s 14, 42, 46, 56, 77, 87, 93 e 94. O aluno de n° 11 desobedeceu na instrução de ordem unida ao seu colega que o instruiu de n° 16, o de n° 90 continua urinando na cama. Em 12 de setembro de 1942. O Inspetor de Alunos Antonio Pereira da Silva.<sup>32</sup>

O *Livro* funcionou como um “temível noticiário” do internato pois, fazendo o memorial do comportamento diário das partes, permitiu a individualização dos transgressores e a aplicação do castigo exemplar. Nos registros sobressai o “poder disciplinador” e de conformação moral da “pedagogia de internar” de uma fase marcada por uma disciplina militarizada.

O inspetor e os guardas funcionavam como fiscais de comportamentos e às vezes como instrutores de boa conduta. O inspetor trabalhava diretamente com os internos, verificando a disciplina e a execução das tarefas diárias programadas. Todas as atividades dos internos no espaço do edifício-internato (dormitório, refeitório, instalações sanitárias) eram realizadas sob a supervisão do inspetor, auxiliado pelos guardas de alunos. O inspetor exercia suas funções desde o “toque de alvorada”, quando os internos acordavam, até o “toque de silêncio”, momento do recolhimento ao dormitório. Corrigia os modos (na fila, no refeitório, nas cerimônias, etc.) e imputava castigos. Durante a noite, fazia inspeções no dormitório para observar os internos e a regularidade da vigilância do guarda de plantão.

O inspetor era auxiliado no controle e vigilância dos internos pelos guardas de alunos. Os guardas estavam diretamente subordinados ao inspetor e este ao diretor. Os guardas trabalhavam em escalas de três turnos de revezamento de forma que sempre havia um de plantão. No período

32 Brasil. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, *Livro de Anotações de Ocorrências do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*, São Cristóvão, 1942, p. 1.

noturno, um guarda pernoitava vigiando e realizando inspeções por entre as camas do imenso dormitório coletivo. No dia seguinte, apresentava o relatório dos comportamentos ao inspetor: “durante a noite os educandos de nº 3 e 60 comportaram-se mal com palavras imorais ambos os dois, conforme parte que apresentou o guarda José Barbosa”.<sup>33</sup> Também vigiavam os internos no refeitório, na execução das tarefas diárias de campo, nas saídas do estabelecimento e respondiam pela execução dos diversos “toques de corneta”.

O exercício da fiscalização por parte dos guardas frequentemente provocava o enfrentamento com algum interno: “Foram postos privados do recreio pelo Sr. Auxiliar Agrônomo os alunos de nº 78, e 73, o guarda de aluno Sr. Manuel Tavares queixou-se que o aluno de nº 78 encheu a boca de água e o molhou pela janela”.<sup>34</sup> Os enfrentamentos foram comuns provavelmente até o início da década de 1940. A partir do final da década de 1950, os guardas continuaram “duros” no exercício do controle dos internos, mas iniciou-se uma fase de certa aproximação entre as partes. O relato de um ex-interno (1961-1967) revela o início dos novos padrões de controle que os guardas passaram a exercer:

Apesar de serem rudes, não tinham formação acadêmica não. Mas eles tinham o dom de controlar. Você não pegava um aluno tomando cachaça, não era permitido um aluno fumar. Se pegasse, a cana pesava. Fumávamos escondidos, ia pro mato, pro pomar. De vez em quando éramos caçados por esses guardas. Eles davam uma orientação à gente. Não era perseguir, maltratar. Porque você passar sete anos dentro de um internato é um Deus nos acuda. Você pensa que o mundo vai se acabar e você não vai nunca concluir o curso. Então essas pessoas a gente aprendeu a conviver com eles, se tornaram amigos deles. Nós tínhamos seu Gregório, João Pelotão, Helvécio; Toinho, o pai de Josenaldo; Zequinha, aquela coisa boa. O famoso Miúdo, desse tamanhinho, com um charutinho na boca. Encrenqueiro que era um danado, mas gente boa de mais.<sup>35</sup>

Além da “equipe dirigente”, a instituição contava com um pessoal específico para os serviços do internato. Eram “funcionários extranumerários mensalistas” que exerciam os cargos de cozinheiro, copeiro, roupeiro, lavadeira, costureira e alfaiate. Funcionários que trabalhavam em uma

33 Brasil. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, *Livro de Anotações de Ocorrências*, p. 3.

34 Brasil. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, *Livro de Anotações de Ocorrências*, p. 38.

35 Ademilson Vieira Santos, *Entrevista concedida ao autor*, 13/09/2006.

situação de instabilidade, pois eram constantes os atrasos no pagamento de seus salários e podiam a qualquer momento ser dispensados.<sup>36</sup> Do final da década de 1950 em diante muitos desses “funcionários extranumerários” foram enquadrados como funcionários do quadro permanente da instituição.

### **Um internato público: os bens e serviços ofertados aos internos**

Pelo próprio segmento pobre da população, especialmente da zona rural, que procurou atingir, o Ministério da Agricultura sempre manteve a política educacional de garantir a gratuidade do internato nos estabelecimentos de ensino agrícola que estiveram sob a sua competência até o ano de 1967. Inclusive a Lei Orgânica do Ensino Agrícola determinava que competia ao governo adotar “nos estabelecimentos oficiais de ensino agrícola o sistema da gratuidade”.<sup>37</sup> Dessa maneira, embora o custeio com o internato fosse citado como uma dificuldade para a ampliação das vagas nesses estabelecimentos, continuou sendo o regime dominante durante todo o período que o ensino agrícola esteve sob a competência do Ministério da Agricultura.

Durante toda a estada no internato da instituição, os internos recebiam um enxoval que, com algumas variações ocorridas durante o período referente à quantidade de itens e de tipos ou modelos, era composto por fardas, calçados, roupas de cama e material para higiene pessoal. O conteúdo do enxoval era uniforme e igualmente distribuído para todos. Era entregue no momento da admissão no internato, devidamente identificado com a gravação nos objetos do respectivo número do aluno, de uso obrigatório e cotidianamente fiscalizado pelo inspetor e pelos guardas. Os bens pessoais, no caso dos poucos internos que possuíam, eram substituídos pelos bens pertencentes à instituição. Desta maneira, a distribuição do enxoval funcionava como mais uma “substituição padronizada”.<sup>38</sup>

A partir da década de 1960 iniciavam-se as solicitações para que os alunos trouxessem alguns dos itens do enxoval; processo que no futuro

36 Brasil. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, *Relatório anual de atividades*, São Cristóvão, 1955.

37 Brasil, Decreto-Lei 9.613.

38 Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*.

poria fim à gratuidade deste. Primeiro foi determinado que todos os alunos deveriam trazer dois macacões, conforme as especificações do estabelecimento, para serem usados durante a realização dos trabalhos de campo:

A escola nos oferecia todas as condições que hoje não existem. Quando eu cheguei lá praticamente só levei o macacão, que era o fardamento de trabalho. Lá nós tínhamos o sapato, a farda para o desfile cívico, a pasta de dente e a escova. A única coisa que trouxemos em 1961 foi o macacão, dois macacões. Recebíamos a toalha de banho, pijama, forro de cama, alojamento, tudo gratuito. Tudo era da escola. No ano de 1960 não comprava nem o macacão.<sup>39</sup>

Finalmente, a partir da segunda metade da década de 1960, os internos ficaram obrigados a providenciar o seu próprio enxoval de acordo com lista entregue no ato da matrícula. O trecho em seguida, parte do relato de José Cláudio dos Santos, ex-interno da escola no período de 1963-1968, é elucidativo sobre o fim da gratuidade do enxoval:

Na época que eu entrei em 1963 o enxoval era o colégio que fornecia, mas a gente já levava alguma coisa. Pouca coisa. Quando eu cheguei lá eu tive que adquirir emprestado uma farda. Roupas de cama já tinha. Agora como eu vim transferido não tinha nada disponível para mim. Eu me lembro que foi Mardem Rocha que me serviu com uma das fardas que ele tinha levado. Depois o colégio me forneceu farda. Tinha duas fardas. Era uma espécie de gabardine ou cáqui. E depois foi cortando isso aí. Dava colchão, roupa de cama. Eu passei a trabalhar na alfaiataria lá também. A roupa fazia lá. Bara era o chefe da alfaiataria (...) Essa fase acabou. Eu entrei em 1963 quando chegou em 1965 eu concluí o ginásio. Em 1965 não davam mais nada. Já avisaram: 'Quem vai entrar em 1966 tragam tudo' Inclusive a farda, mal dava o colchão. Só tinha lá um colchão.<sup>40</sup>

Evidentemente, o fim da gratuidade do enxoval foi mal recebido pelos internos e sobretudo por seus familiares que agora teriam que custeá-lo. A mudança recebeu os protestos principalmente dos pais dos internos já matriculados na escola e, portanto, acostumados com o benefício. Os alunos ensaiaram sem sucesso, através da liderança do grêmio estudantil,<sup>41</sup> reações

39 Ademilson Santos, *Entrevista*.

40 José Santos, *Entrevista*.

41 O grêmio estudantil, antigo centro social, surgiu no início da década de 1960 e era composto por uma diretoria eleita pelos alunos, principalmente do curso colegial. Atuavam na

contra a decisão.<sup>42</sup> No entanto, o fim da gratuidade do enxoval deu-se de maneira definitiva, trazendo para os alunos pobres dificuldades para manter-se no internato. Contudo, a dualidade de atuação da escola (formação e assistência) continuou com a disponibilização aos internos de alojamento, alimentação e assistência à saúde.

A alimentação diferentemente do enxoval, que, como visto da segunda metade da década de 1960 em diante, passou a ser da responsabilidade da família, foi disponibilizada sem custos aos internos durante todo o período. O internato servia três refeições diárias aos internos, ou seja, o café, o almoço e o jantar. Os alimentos eram preparados por cozinheiros práticos sem nenhum tipo de formação técnica ou nutricional. A produção de uma alimentação baseada em preceitos técnicos foi uma situação que existiu a partir da década de 1960, com a criação do Curso de Economia Doméstica. As professoras desse Curso passaram a exercer certa influência na preparação dos alimentos e na confecção de cardápios com base em conhecimentos nutricionais.<sup>43</sup>

Eram servidos aos internos predominantemente alimentos típicos da região, muitos dos quais, em determinados períodos, eram produzidos pelos núcleos agropecuários da escola. Os alimentos que mais figuraram nas três refeições durante todo o período pesquisado, consoante os relatos dos ex-internos e ex-funcionários, foram os seguintes: a) no café da manhã: pão, com ou sem manteiga, café, leite, chá mate, mingau de amido de milho; mungunzá, arroz doce; b) no almoço: feijão, arroz, farinha de mandioca, macarrão, carne (bovina, suína), ave, peixe, salada e às vezes, refresco; c) no jantar: pão, macaxeira, café, mate, leite, sopa.

Ocorreram manifestações dos internos motivadas pela insatisfação com a alimentação servida no internato, principalmente por parte dos colegiais da década de 1960 que se sentiam muitas vezes, mesmo diante do rigor disciplinar do internato, encorajados a realizar protestos por causa da qualidade e da rotina dos alimentos servidos no refeitório da instituição. Os protestos tomavam forma através de discursos: “Certa feita eu

organização de bailes, jogos internos, palestras. A atuação política ficou resumida a algumas reivindicações por melhoria nas condições do internato e confecção de um jornal estudantil que publicava artigos com protestos e opiniões dos alunos. No decorrer da década de 1960, diante do contexto de repressão política nacional, o grêmio deixou de existir.

42 Barros, *Entrevista*.

43 Barros, *Entrevista*.



entrei numa sala, os alunos estavam revoltados: ‘Nós somos tratados como porcos. A comida é ruim, parece uma lavagem, mal feita...’ Tinha um aluno revoltadíssimo. Esse era da Bahia, os colegas aplaudiam (...) Uma voz até muito simpática e ele se inspirou...”<sup>44</sup> e até mesmo com a paralisação das atividades:

A gente fez greve lá. Pelo feijão com gorgulho e não gorgulho com feijão. Porque vinha gorgulho mais do que feijão. (...) Chegava lá a charque e o bacalhau ultrapassado já. Era ruim. Aquele charque que vinha eu preferia trocar por salada e feijão pra comer com farinha.<sup>45</sup>

As práticas de higienização e os cuidados com a saúde também foram serviços oferecidos aos internos. Estes, quando chegavam à instituição, eram obrigados a conviver com as regras higiênicas impostas e fiscalizadas pela “equipe dirigente”. Rotineiramente participavam e aprendiam a manter os espaços do internato asseados e a fazer a higienização dos corpos, a qual consistia nos banhos diários, escovação dos dentes, vestir a farda e calçar os pés, entregar na rouparia as roupas sujas e receber as roupas limpas e passadas. O banho era coletivo e ocorria pela manhã e no final do dia. Separados em grupos e em silêncio, os internos banhavam-se nos banheiros coletivos providos de água encanada. Na prática do banho, eles eram vigiados pelo guarda de alunos:

E tinha o guarda de aluno olhando. Quando os alunos iam tomar banho, ele tava lá olhando. Aquela turma toda tomando banho e o guarda ali olhando pra não ter bagunça, não ter esculhambação. Ficava olhando. Tomava banho, cada um se enxugava, se enrolava na sua toalha e ia pro vestuário trocar de roupa. A roupa suja tirava, guardava pra depois. Tinha o dia pra entregar na lavanderia pra lavar. Juntava sua roupa, sua roupa de cama.<sup>46</sup>

Durante as décadas de 1930 e 1940, constantes problemas no fornecimento de energia elétrica, os quais impossibilitavam o bombeamento da água do rio para os reservatórios dos banheiros, deixavam os internos até dois dias sem se banharem.<sup>47</sup> Diante dessa situação, o inspetor levava os internos para se banharem no rio que cortava as terras da escola e ficava a

44 Barros, *Entrevista*.

45 José Santos, *Entrevista*.

46 João Ferreira Lima, *Entrevista concedida ao autor*, 17/11/2005.

47 Brasil. Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, *Livro de Anotações de Ocorrências*.

uma pequena distância do edifício-internato: “Eu vou lhe dizer uma coisa aqui. Talvez eles não disseram. Quando não tinha água a gente ia tomar banho no rio. O inspetor formava em grupo, fila indiana, ia tomar banho no rio. Nós tomava o nosso banho lá e pronto, vinha pro café”.<sup>48</sup>

Os internos recebiam roupas lavadas e passadas. A lavagem das roupas era realizada no rio por antigas lavadeiras que chegaram à instituição ainda no último ano de funcionamento do Patronato Agrícola (1933) e se aposentaram no decorrer da década de 1960.

A instituição também dispensava aos internos assistência médico-odontológica por meio de um médico e um dentista,<sup>49</sup> que faziam parte do quadro funcional da escola. O médico, além de tratar dos internos doentes e medicá-los, examinava os alunos novatos candidatos à matrícula para atestar as condições de saúde, pois os portadores de doenças contagiosas estavam impedidos de se matricular no estabelecimento. Cuidava também da profilaxia e combate às endemias, vacinando contra tifo e varíola, realizando combate à malária, às verminoses (principalmente a esquistossomose) e protozooses. O estabelecimento dispunha de um “gabinete dentário” que funcionava na enfermaria. Os trabalhos realizados pelo dentista eram obturações, incrustações, ablação, limpeza, extrações, pulpetomias e curativos.

## Considerações finais

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (EAFSC-SE), diante de todas as mudanças de enquadramento com relação a tipo de estabelecimento e de modelo de ensino agrícola, sofridas ao longo do período de 1934 a 1967, manteve o internato como regime exclusivo para o atendimento a seus alunos. Na prática, o atendimento prestado através do

48 Manoel do Carmo Santos, *Entrevista concedida ao autor*, 23/11/2005.

49 O primeiro médico do internato foi o baiano Dr. Abílio Fernandes de Farias, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde defendeu, em 1913, a tese doutoral intitulada *Breves considerações sobre o Hydrocele*. Com a aposentadoria do Dr. Abílio Fernandes de Farias, o cargo de médico clínico do internato passou a ser exercido por Dr. Benjamin Alves de Carvalho, que permaneceu na instituição do ano de 1943 até o final da década de 1960. Dr. Benjamin também se formou na Faculdade da Bahia, e sua tese doutoral, de 1928, intitulou-se *Da resistência dos estados mórbidos à terapeutica e da incurabilidade perante a euthanasia*. O primeiro cirurgião-dentista do internato foi o Dr. Manoel Torres, e, com sua saída, o estabelecimento passou a contar com os serviços do cirurgião-dentista Dr. Yolando Vieira de Melo.

internato público e gratuito (residência, alimentação, enxoval, assistência médico-odontológica, etc.) determinou na história da escola uma dupla atuação: formação profissional agrícola e assistência integral aos seus alunos.

Principalmente nas décadas de 1930 e 1940, o internato foi o grande atrativo para as famílias pobres que, além da instrução para os seus filhos, viam a escola como uma forma de sustento material para estes. Contudo, a origem predominantemente pobre dos sujeitos atendidos no internato do estabelecimento sofreu uma variação no início dos anos 1950, motivada pelo ingresso de alunos procedentes das camadas médias da população em busca dos cursos ginásial e colegial e por uma formação profissional técnica agrícola de nível médio que a escola passou a disponibilizar.

O custeio com o internato era garantido pelas verbas federais destinadas à instituição pelo Ministério da Agricultura, e uma pequena parte era resultante da produção de alimentos nos núcleos agropecuários do estabelecimento destinados ao abastecimento do refeitório. Esta última forma enquadrava-se na política do Ministério da Agricultura de auto-abastecimento dos internatos das escolas agrícolas. Nesse sentido, cabia a cada escola diminuir os gastos com o custeio do internato, produzindo alimentos na propriedade rural onde se localizava, utilizando os seus recursos materiais e técnicos e contando com a exploração da abundante mão-de-obra dos internos.

O ingresso do sujeito na cultura do internato da escola requeria a passagem por um “processo de admissão” caracterizado por “substituições padronizadas”, tais como a entrega de um enxoval identificado e a atribuição de um número em substituição à identidade civil, colocando todos sobre a categoria de internos, facilitando o exercício do poder disciplinar. Na vida cotidiana do internato, os alunos eram obrigados a conviver com as regras higiênicas impostas e fiscalizadas pelo “grupo dirigente”, tais como: manutenção dos espaços do internato aseados e higienização do corpo (banho diário, escovação dos dentes, manutenção dos pés calçados, uso das instalações sanitárias etc.).

A pequena “equipe dirigente” do internato organizava-se de forma escalonada em três postos básicos: o diretor, o inspetor de alunos e os guardas de alunos. Cabia à “equipe dirigente” a função de supervisionar o grande grupo dos internos na movimentação e conduta destes nos espaços

específicos do internato e na execução das atividades diárias a que estavam submetidos. Além desse observatório escalonado, o internato contou com funcionários (cozinheiro, copeiro, roupeiro, lavadeira, costureira, alfaiate, etc.) para o desempenho de serviços específicos do internato.

Este estudo exploratório, ao ponto que discute e estabelece compreensões históricas do internamento praticado no ensino agrícola federal, evidencia a necessidade de pesquisas históricas que iluminem a configuração do internato em outras escolas da rede dos estabelecimentos federais de ensino agrícola durante o período em que esses estiveram sob a direção do Ministério da Agricultura e, posteriormente, sob a competência do Ministério da Educação, na conjugação entre internato (residência) e o sistema escola-fazenda. Saindo dos limites do ensino agrícola apresenta-se como objeto de pesquisa importante a compreensão da configuração da “pedagogia de internar” nos diversos colégios-internatos que marcaram a educação brasileira.

---

recebido em 11/2009 • aprovado em 01/2010